

EDUCAÇÃO INTEGRAL, TEMPO INTEGRAL E PAULO FREIRE: ARTICULAÇÃO DO TEMPO, CONHECIMENTO E TERRITÓRIO

Iranildo de Oliveira Nery¹

RESUMO

A Escola Integral tem sido vista como um mecanismo de educação qualificada, visto que torna possível a melhor ocupação do tempo que os alunos tem livre, proporcionando aos mesmos atividades variadas e vivências inovadoras. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental são um grande desafio aos educadores e alunos, de modo que instiga ambas as partes a sair da zona de conforto, buscar alternativas variadas para a solução dos seus problemas e assim, gera um processo de autoconhecimento que favorece a aprendizagem. Infelizmente, em sala de aula hoje, o ensino especializado tem sido amplamente utilizado, impossibilitando, em alguns casos, o desenvolvimento crítico dos alunos. Diante disso, o presente artigo, de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, tem como objetivo apresentar a teoria de Paulo Freire para a educação de tempo integral, analisando suas potencialidades e deficiências.

Palavras-chave: Paulo Freire, Educação Integral; Tempo-conhecimento e território;

¹ Docente da Rede Pública Municipal e Estadual do município de Juína e Discente do Programa de Pós Graduação da Agência Nacional de Educação- AEBRA, no Mestrado em Ensino.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, vive-se em um período em que o mundo moderno está cheio de informações, de modo que o progresso é o mediador da aprendizagem e passando a não ser mais o provedor de conhecimento. O professor deve estimular, inovar, questionar o aluno, a ter sucesso em suas pesquisas e conseqüentemente obter as respostas desejadas.

A interdisciplinaridade é uma forma compreendida em sala de aula, em que diferentes disciplinas se conectam numa mesma direção. É entender a ligação e compreender as diferentes áreas do conhecimento, para resgatar sabedorias, abrir possibilidades no decorrer de algo inovador. A busca é constante, investigativa para superar o saber. Os parâmetros curriculares nacionais do ensino médio (PCNS) visam orientar o desenvolvimento e aperfeiçoamento do currículo, incluindo nele a interdisciplinaridade, sendo ela algo que vá além da justa posição das disciplinas, mas que, não atua desmembrando-as e eliminando-as.

O trabalho interdisciplinar precisa “partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários” (BRASIL, 2002, pag. 88,89).² Dessa forma, a interdisciplinaridade tem a finalidade de ampliar a relação entre educador, aluno e o conhecimento. Não consiste apenas na mudança ou deslocação de conceitos e métodos de ensino, e sim de uma renovação dos métodos teóricos e práticos. (PAVIANI, pag. 41, 2008).³

O tempo integral dentro do ambiente escolar tem ganhado bastante espaço na discussão para melhoria da qualidade de ensino. Conforme o Plano Nacional de Educação, o conceito de educação integral é compreendido

[...] a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde, além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça e

² BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio*. Brasília: Ministério da Educação, 2002

³ PAVIANI, Jayme. *Interdisciplinaridade: conceitos e distinções*. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educus, 2008.

valorize sua história e seu patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza, aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante, consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos. (MEC, 2006).⁴

Nesse contexto, o presente artigo visa explicar a respeito da posição de Paulo Freire frente à construção do ensino em tempo integral, possibilitando que seja redirecionado o conhecimento, o território e o tempo no âmbito da educação em tempo integral.

2 DESENVOLVIMENTO

Na perspectiva da garantia da educação em consonância com os preceitos da gestão democrática, segundo a Constituição Brasileira, é direito de todos os indivíduos o acesso a educação, sendo de responsabilidade da família e do Estado fazer valer esse direito. Galian e Sampaio (2012, p. 403-422),⁵ com base em estudos realizados anteriormente, avaliaram que a educação não se define apenas como um conteúdo a ser abordado com o intuito de o aluno o assimilar e sim, como uma forma de o aluno viver experiências diferenciadas, favorecendo seu processo de comunicação e entendimento do mundo.

Assim, quando foi elaborada a Constituição de 1988, esses preceitos educacionais foram destacados na Carta Magna, solidificando a ideia de que a educação é um bem público, de responsabilidade do Estado. (DUARTE, 2004)⁶. Desde a Constituição de 1988, a preocupação com o aprimoramento da educação é uma constante, sendo um dos princípios básicos que regem a promoção do ensino. Dourado e Oliveira (2009)⁷ dizem que o conceito de educação pode ter vários sentidos e multifatorial, diante de que a escola pode representar funções diferentes na sociedade dependendo de onde está inserida. Desse modo, é possível dizer que dependendo de que posição tomam os indivíduos da sociedade são criadas as

⁴ BRASIL. Ministério da Educação - MEC, Secretaria de Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias*. Brasília, 2006.

⁵ GALIAN, C. V. A. ; SAMPAIO, M. M. F. *Educação em tempo integral: implicações para o currículo da escola básica*. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 2, p. 403-422, 2012.

⁶ DUARTE, Clarice Seixas. *Direito público subjetivo e políticas educacionais*. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 113-118, 2004.

⁷ DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. *A qualidade da educação: perspectivas e desafios*. Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009.

percepções do mundo, validando o que é qualidade da educação e os pontos essenciais na sua identificação.

Sendo então, de responsabilidade de escola e Estado garantir o acesso à educação, cabe a escola buscar firmar parceria com as famílias, de modo a aproximá-la do ambiente escolar, instituindo uma gestão democrática do ensino, onde tanto pais como educadores expõem suas opiniões e buscam, juntos, a resolução das pendências.

A gestão democrática tem como ponto central favorecer a participação de todos, garantindo o direito de expressão, colaborando na construção de uma escola mais justa. Para Bordignon (2005)⁸, um dos pontos-chaves da gestão é o diálogo, por meio de onde são discutidas as ideias e resolvidos os problemas. Ainda segundo o autor, a gestão democrática tornou-se avaliador de qualidade de ensino, de modo que auxilia também no exercício da cidadania. A fundamentação da cidadania e democracia está na autonomia, o que também é um grande desafio para os educadores.

De acordo com Paro (1997)⁹, a Gestão Democrática busca levar o aluno ao aprendizado, buscando, por meio da continuidade do ensino familiar, torná-lo participativo e ativo, fornecendo aos alunos momentos de diálogo. Atualmente, fazer com que os alunos sejam interessados em participar das questões escolares, por meio do desenvolvimento do pensamento crítico é um grande problema. Nesse ponto, a aproximação da família com o meio escolar favorece que o aluno compreenda a importância que sua opinião tem e que ele deve querer ser ativo e desenvolver conhecimento.

Veiga (2004)¹⁰ diz que é preciso repensar a estrutura escolar, de modo a favorecer a integração da família no meio. A gestão democrática, segundo a mesma autora, não é um objetivo fácil de ser alcançável devido a participação crítica na construção do projeto político pedagógico.

⁸ BORDIGNON, G. *Gestão Democrática da Educação*. Boletim 19 – outubro de 2005.

⁹ PARO, V. H. *Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?* In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 18, 1997, Porto Alegre. Anais: Sistemas e instituições: repensando a teoria na prática. Porto Alegre, ANPAE, 1997

¹⁰ VEIGA, I. P. A. *Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico*. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

A participação da família nas escolas e na construção das políticas pedagógicas ainda é bastante tímida, e isso chama a escola para a responsabilidade de ir ao encontro das famílias, identificando quais os bloqueios que a impedem de realizar a participação junto com a escola e, buscar meios de aproximá-la.

Segundo Goldani (1993)¹¹, uma das grandes barreiras na aproximação da escola consiste na mistificação de família desestruturada. Atualmente, mais do que nunca, é preciso compreender a família como algo mutável e identificando que a mesma não somente sofre as mudanças oriundas da sociedade como também as causa.

Outro ponto importante é que atualmente a mulher tem maior participação efetiva tanto como chefe do lar como no mercado de trabalho. Isso impacta de forma significativa nos hábitos e nas relações familiares, enfraquecendo a autoridade parental e indica a formação de um modelo de família menos hierárquico e mais democrático.

Diante do exposto, as escolas precisam estar atentas as mudanças e considerar a maior participação das mulheres no mercado de trabalho. Em virtude disso, os horários para participação familiar na escola devem estar mais acessíveis, proporcionando que todos possam participar de forma efetiva.

A comunidade escolar também deve conhecer as peculiaridades das famílias, respeitando-as e não fazendo diferenciação entre as famílias. O fortalecimento dos laços entre escola e família auxilia na gestão democrática e, para que isso aconteça de forma positiva, o autor Castro e Regattieri (2009)¹² dizem que algumas ações aproximam a escola da família como visita de professores à domicílio, criação de atividades variadas de integração da família e buscar meio de realizar o intermédio entre escola e família, como psicólogos, assistente social, entre outros.

Assim, é preciso que o projeto pedagógico das escolas tenha participação efetiva das famílias, não somente para tratar de problemas como notas baixas, mas também para fazer

¹¹ GOLDANI, Ana Maria. *As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação*. Cadernos Pagu n. 1, Campinas, IFCH. Unicamp, 1993

¹² CASTRO, J.M. & REGATTIERI, M. (Orgs.). *Interação escola família*. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

com essa instituição sinta-se parte de toda a construção do aprendizado. É preciso que a família se sinta parte da engrenagem de aprendizado de seu filho, reconhecendo todas as etapas do processo e estando pronta para o diálogo com a escola.

2.1 Interdisciplinaridade

São muitos os conceitos da interdisciplinaridade e serão expostas algumas noções, que possibilitaram mostrar a interdisciplinaridade no âmbito escolar. Desse modo, é possível dizer que a interdisciplinaridade consiste em uma proposta de levar em consideração a construção do conhecimento pelo aluno, como defende Pombo (2004)¹³.

Não é o que se trata de unificar as disciplinas, mas de mostrar na prática a realidade do estudante.

Trata-se de uma prática que não dilui as disciplinas no contexto escolar, mas que amplia o trabalho disciplinar na medida que promove a aproximação e articulação das atividades docente numa ação coordenada e orientada para objetivos bem definidos. (CARLOS, 2006, pg. 07)¹⁴

O saber permanece dividido e o educando entende que dessa forma fica mais facilitado o ensino, sabendo que o conteúdo como um todo valerá para as disciplinas, sendo os conteúdos integrados. Nos dias de hoje, é possível ver na realidade das escolas um desestímulo por parte dos professores e o desânimo dos alunos, mostrando que o processo de aprendizagem é deficiente.

Cabe ao professor, tornar suas ideias e experiências bem-sucedidas ao aluno, tudo o que aprende em sala de aula é transmitido aos pais e ao ambiente familiar, pois são essas experiências que o ajudarão na aprendizagem no seu dia a dia. Segundo Carlos (2006)¹⁵, a aprendizagem consiste em um processo de mudança de comportamento que é construído por meio de experiência, associada a fatores emocionais, relacionais e ambientais.

O aprendizado se dá pelo resultado de interrelação de várias estruturas mentais e as associações ambientais. A nova era da educação está voltada para a ênfase educacional que tem como foco a aprendizagem. Nesse processo, o educador atua como co- autor do processo da aprendizagem dos alunos.

¹³ POMBO, Olga. *Interdisciplinaridade: Ambições e limites*, Lisboa: Relógio d'Água, pp. 73-104. 2004.

¹⁴ CARLOS, Jairo Gonçalves. *Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades*. Programas de Pós-graduação da CAPES. 2006. p.12.

¹⁵ CARLOS, Jairo Gonçalves. Op. Cit. 2006, p. 14.

A interdisciplinaridade, portanto, não precisa necessariamente de um projeto científico. Pode ser incorporado no plano de trabalho do professor no modo contínuo, pode ser realizado por um professor que atua em uma só disciplina ou por aquele, quem dá mais de uma, dentro da mesma área ou não, pode finalmente, ser objeto de um projeto, com um planejamento específico, envolvendo dois ou mais professores, com tempos e espaços próprios. (CAVALCANTI et al., 2009, p. 125)¹⁶

A interdisciplinaridade é iniciada nas séries iniciais, desde cedo, as crianças começam a ter as disciplinas de português, matemática, ciências, artes, etc. mesmo que as aulas sejam dadas pelo mesmo professor cada uma tem seus funcionamentos próprios além de assuntos bem caracterizados. A interdisciplinaridade funciona não somente pelo fato de eliminar disciplinas e sim, tornar as mesmas comunicativas entre si, de modo que se torna necessária a atualização de todo um processo de ensino.

Segundo Fazenda (2002)¹⁷, o agir interdisciplinar tem como princípio que toda forma de conhecimento apresenta diversos fatores que a compõe, sendo eles muitas vezes criados de forma não racional. Tendo, pois, o diálogo com outras formas de conhecimentos, deixando-se interpretar por elas. Assim, por exemplo, o ensino do senso comum torna-se válido, visto que o dia-a-dia pode colaborar na formação de ideias e opiniões.

Ampliando através do diálogo com conhecimento científico, a dimensão do conhecimento tende a se tornar maior, partindo para um pensamento utópico, permitindo enriquecer a interação do eu com o mundo.

2.1 Paulo Freire e a escola de tempo integral

A educação de tempo integral tem sido alvo de muitas pesquisas e estudos que buscam a sua efetivação nas escolas brasileiras. O território de aplicação do ensino integral está no currículo, onde há o conhecimento por meio das vivências, ultrapassando os limites do conhecimento científico.

Para Freire (2005a)¹⁸, a escola deve ser uma ferramenta que possibilita ao indivíduo ir além, ser mais. Segundo o autor, a educação atual os impede de se conhecer como ser histórico, enquanto a

¹⁶ CAVALCANTI, Cláudio José; CUNHA Paulo; OSTERMAMM, Fernando; PANSERA, Maria Cristina; PINO, José Cláudio Del & PIZZATO, Michele. *Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: Ciências da Natureza e suas Tecnologias*. Secretária do Estado da Educação-Porto Alegre: Editora Total LTDA, 2009.

¹⁷ FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: um projeto de parceria*. 5ed. São Paulo. Loyola. 2002.

¹⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a. p.18

educação que o mesmo propõe visa problematizar as situações, de modo que ele desenvolva o caráter crítico.

O mesmo autor diz que não se pode isolar o conhecimento, ele precisa das vivências como um todo, de modo que possibilite ao indivíduo a contextualização do conteúdo científico com sua vivência. O homem precisa ser o sujeito atuante no seu processo de aprendizagem, não somente servir de objeto da mesma. (FREIRE, 2005a, p.78)

O conhecimento é oriundo de um processo de diálogo, produzido a partir de uma construção em conjunto e o mesmo deve estar disposto as mudanças sociais. A educação integral se encaixa nesse contexto porque estimula a busca por experiências, correlacionando o conteúdo científico com a prática social. De acordo com Freire (2005a), a escola ainda tem raízes no conteúdo sectarizado, o que impede o desenvolvimento integral do aluno. O aluno deve ser responsável por buscar o conhecimento, ele precisa ter o pensamento crítico desenvolvido e assim, formar opiniões.

Desse modo, Freire considera que a educação não pode ser apenas formada por uma deposição de conteúdos e sim, que eles devem ser articulados para que o aluno tome conhecimento do que está sendo transmitido.

Conforme diz Felício (2012, p.5)¹⁹

[...] a educação integral deve ser capaz de responder a uma multiplicidade de exigências, ao mesmo tempo em que deve objetivar a construção de relações na direção do aperfeiçoamento humano, o que comporta na oferta de possibilidades para que o indivíduo possa evoluir, plenamente, em todas as suas dimensões (cognitiva, corpórea, social, cultural, psicológica, afetiva, econômica, ética, estética, entre outras)

A desmistificação do conteúdo só pode ocorrer por meio do diálogo e da interação. Esse momento é de suma importância para o aluno, porque possibilita uma troca de ideias e a formação de novos conceitos e opiniões. Nesse contexto, é possível determinar que esse território está vinculado ao ensino inovador, do diálogo. E, além disso, leva a reflexão a respeito do tempo e o seu ritmo adequado dentro do meio da escola de tempo integral.

¹⁹ FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. *Análise curricular da escola de tempo integral na perspectiva da educação integral*. Revista e- Currículum, São Paulo, v.8, n.1, p. 1- 18, abril, 2012.

O desafio conhecimento-território-tempo atua diretamente no ensino de escola de tempo integral, colocando em contradição a escola e o ensino de tempo integral. De acordo com Freire (2005b, p. 46)²⁰, o tema da educação em tempo integral

A mim me interessa, [...], deixar claro ser impossível pensar a prática educativa, portanto a escola, sem pensar a questão do tempo, de como usar o tempo para aquisição de conhecimento, não apenas na relação educador-educando, mas na experiência inteira, diária, da criança na escola. A escola progressista, séria, não pode estragar o tempo, botar a perder o tempo de a criança conhecer. (2005b, p. 46).

O aumento da jornada escolar deve ser visto como um direito do aluno e um mecanismo capaz de melhorar a qualidade do ensino. Entretanto, é preciso que os alunos sejam estimulados para irem em busca do novo, não apenas serem soterrados de assuntos fixos e imutáveis.

O novo tempo da educação deve, acima de tudo, aproximar os alunos do conhecimento, utilizando de técnicas alternativas para a construção dos saberes. Isso porque, o tempo prolongado dentro de sala de aula torna-se cansativo e gera desatenção, sendo necessário que as metodologias de ensino sejam revistas para se encaixarem nesse novo modelo de ensino de qualidade. (FREIRE, 2005c)²¹

É preciso rever o espaço da escola em tempo integral, de modo que possa ser aplicada uma proposta educativa de integração e diálogo. Nesse meio, ocorre a catalisação de ideias e conhecimentos que dão ao sujeito empoderamento, fazendo o mesmo conhecer de sua realidade. De acordo com Freire (2005c), o conhecimento é sinônimo de libertação e empoderamento, fazendo com que os indivíduos tomem conhecimento de sua realidade.

A territorialização consiste em criar espaço para o desenvolvimento dos alunos como indivíduos, sendo um dos temas centrais na integração entre experiências vividas e conhecimento.

Um currículo crítico busca romper com esse cenário no qual sujeitos apartados da realidade concreta das comunidades escolares desenvolvem matrizes curriculares homogêneas, desconsiderando as necessidades e contradições presentes em seu contexto sociocultural. Esse currículo, comprometido com a superação das contradições sociais, tem como objetivo formar o sujeito que, consciente de sua realidade social e política, atue na

²⁰ FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

²¹ PAULO, Freire. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005c.

tomada de decisões de maneira crítica, com a possibilidade de transformá-la. Consideramos como crítico o currículo fundamentado em práticas socioculturais construídas por todos os sujeitos – coletivamente – a partir de demandas, dando concretude aos problemas e contradições que se pretende superar a partir de fazeres comprometidos. (ALVES; GOMES, 2013, p. 01)²²

O território é um conceito de suma importância quando se fala em educação integral, de modo que a mesma não pode ser vista apenas como alternativa para retirada dos alunos da rua, muito pelo contrário. Nesse contexto, as experiências vividas têm muito valor e servem como auxílio na construção dos saberes. Freire (2005b)²³ afirma que a formação dos cidadãos se dá na escola e quanto melhor a base de ensino que lhes é transmitida, melhor cidadão o mesmo pode ser.

O tempo é empregado para que crianças, jovens e adolescentes possam viver a experiência de ser cidadão, de participar da vida da cidade em suas várias manifestações, de usufruir de seus bens culturais, de se sentirem sujeitos de suas cidades. (LEITE, 2012, p. 69).²⁴

Dessa forma, o novo ensino deve ser compreendido como um trabalho complexo e que não se refere apenas a deposição de conteúdo, sendo necessário o diálogo e a troca de ideias.

2.2 Educação integral em tempo integral

O redesenho curricular é uma ferramenta importante no processo de evolução escolar, de modo que favorece que alunos e professores tomem consciência do local em que estão inseridos e assim, serem sujeitos desse evento. (LEITE, 2012)

A educação integral tem como proposta realizar a integração de agentes territoriais de modo a garantir o desenvolvimento dos indivíduos de maneira complexa e em todas as dimensões. O processo de ensino é visto como multifatorial, necessitando da ação conjunta de vários atores. (ALVES; GOMES, 2013)²⁵

²² ALVES, Aná Helena Basso; GOMES, Carla Garcia Santana. *A construção curricular no contexto do ensino fundamental com base em critérios fundamentados no pensamento de Paulo Freire*. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 36ª, Goiânia. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: ANPEd, 2013. p. 1- 9.

²³ FREIRE, Paulo. Op.cit. p.42

²⁴ LEITE, Lúcia Helena Alvarez. *Educação Integral, territórios educativos e cidadania: aprendendo com as experiências de ampliação da jornada escolar em Belo Horizonte e Santarém*. Educ. rev. [online], Curitiba n.45, p. 57-72, 2012.

²⁵ ALVES, Aná Helena Basso; GOMES, Carla Garcia Santana. Op. Cit. p.51

Galian e Sampaio (2013, p. 403-422)²⁶, com base em estudos realizado anteriormente, avaliaram que a educação não se define apenas como um conteúdo a ser abordado com o intuito de o aluno o assimilar e sim, como uma forma de o aluno viver experiências diferenciadas, favorecendo seu processo de comunicação e entendimento do mundo.

Apesar de todas as reformas pretendidas, há diferentes formas de implantação dependendo do local onde as mesmas serão aplicadas. Isso quer dizer que, não somente o desejo aplicá-las é válido, é importante verificar como a economia entende esse processo, sendo determinante para os resultados das políticas educativas. (OLIVEIRA, 2007)²⁷

A qualidade do ensino deve levar em conta onde a escola está inserida, constituindo o território educativo, formando um plano de metas de acordo com o território. Este último tem como principal objetivo criar meios para o desenvolvimento integral dos indivíduos, no âmbito intelectual, físico, afetivo, social e simbólico.

Para a formação de um cidadão participativo na sociedade é preciso que ele se desenvolva na sua singularidade, aperfeiçoamento sua habilidade de comunicação e senso crítico. De acordo com Miguel Arroyo (2012, p. 33-45)²⁸ o processo de socialização tem como ponto central a vivência do tempo-espaço, favorecendo o processo de socialização, humanização e formação do próprio ser.

A educação integral não vê separado o corpo do pensamento, de modo que o corpo precisa mobilizar-se para ir em busca do conhecimento. A relação com o meio também é fundamental, de modo que o indivíduo associa os conteúdos com as suas vivências. (SAITO, 2010)²⁹. Segundo Paulo Freire (1973)³⁰, a comunicação é fundamental no processo de educação integral, de modo que o aprendizado deve ser canalizado por múltiplos fluxos que levam ao sucesso do ensino.

²⁶ GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção; SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. *Educação em Tempo Integral: implicações para o currículo da escola básica*. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 2, p. 403-422, 2013.

²⁷ OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica*. Educação & Sociedade, v. 28, n. 100, p. 661-690, 2007.

²⁸ ARROYO, Miguel, 2012. *O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver*. In MOLL, MOLL, Jacqueline (org.). *Caminhos da Educação Integral no Brasil. Direito a outros tempos e espaços educadores*. Porto Alegre: Penso, 2012.

²⁹ SAITO, Cecília. *Ação e Percepção nos processos educacionais do corpo em formação*. São Paulo: ECidade/Hedra, 2010.

³⁰ FREIRE, Paulo. *Uma educação para a liberdade*. Porto José M.C.S. Ribeiro Editor; FREIRE, Paulo, 1996. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1973.

A abertura da escola ao território afeta a organização espacial, de modo que as escolas que estão abertas fogem à regra de carteiras enfileiradas em frente à mesa do professor, favorecendo o trabalho em grupo. A abertura da escola para o diálogo torna o que já é público mais acessível a população e favorecendo que novas idéias surjam. (FREIRE, 1992)³¹

Essas mudanças não afetam somente os alunos, no seu modo de aprender, mas também nas metodologias educacionais, de modo que os educadores precisam estar abertos a novas idéias e a opiniões, tendo de seus alunos o feedback do que está sendo aplicado.

A mudança da territorialização faz com que alunos e educadores falem a mesma língua, de modo que o modo de ensino passa a não ser mais entre uma pessoa e o público passivo e sim, conversas informais com trocas de experiências.

Além do espaço, que passa a ser flexível e aberto ao público, o tempo também se torna objeto flexível. As aulas passam a não ser limitadas por horário, de modo que o conteúdo passa a ser interdisciplinar. A grande aposta desse novo tipo de ensino é criar estímulos e desafiar a convivência e a interação entre estudantes de anos diferentes, não objetivando que os mesmos se equiparem em conhecimento, mas sim favorecendo a troca de experiências. (SINGER, 2009)³²

A participação da família nesse contexto também é essencial, visto que ela assume papel de grande importância na formação do ser social, visto que é no aconchego do lar que surgem as primeiras alegrias, anseios, medos e dúvidas. Ao ingressar na escola, esse ser encontra a base para o seu desenvolvimento, por meio da estimulação de formação de pensamento crítico, conhecimento teórico e de seu autoconhecimento.

Família e escola são duas instituições de trabalho conjunto, diante do fato que sua atuação em sincronia forma um aluno que se sente capaz, mantendo-o disposto ao aprendizado e favorecendo a assimilação dos conteúdos e construção do conhecimento.

De acordo com Piaget (2007, p.50)³³

³¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³² SINGER, Helena. *Aprendendo em Liberdade*. In: Angela Maria Souza Martins; Nailda Marinho da Costa Bonato. (Org.). *Trajetórias Históricas da Educação*. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

³³ PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...]

O apoio da família é essencial para o desempenho escolar de sucesso. Os educadores, sabendo disso, estimulam e defendem a ideia de que a família deve ser participativa, acompanhar o andamento da escola e cobrar quando achar necessário. Essa troca de informações é importante para que, tanto pais como professores, saibam exatamente tudo que acontece com o aluno e como saber lidar em alguma adversidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo a que nos propomos realizar buscou evidenciar as tramas que envolvem a Educação de tempo integral em consonância com o pensamento de Paulo Freire, na perspectiva da articulação do tempo, do conhecimento e do território. Para sua realização, trilhamos um caminho investigativo a partir da metodologia de natureza qualitativa.

A metodologia qualitativa faz uso de um conjunto de asserções que diferem das que são utilizadas quando se estuda o comportamento humano com o objetivo de descobrir fatos e causas. Diante do exposto, a opção pela metodologia qualitativa corrobora com a definição de Bogdan e Biklen (1994: p. 16) para os quais pesquisa qualitativa é compreendida como:

[...] um termo genérico que agrupa estratégias de investigação que partilham de determinadas características. Os dados recolhidos são [...] ricos em pormenores descritos relativos a pessoas, locais e conversas e de complexo tratamento estatístico.

A preocupação do pesquisador esteve centrada na trajetória de levantamento dos dados, primando pelo significado da construção das percepções dos sujeitos e não somente com os resultados e o produto final.

Na busca por perceber os principais conceitos e implicações do texto da lei, fiz uso da análise documental, que enquanto possibilidade no que se refere à pesquisa qualitativa, consiste numa possibilidade a ser realizada a partir de documentos que não receberam tratamento analítico

contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, constituindo uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Lüdke (1986: 38) afirma que,

“[...] a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.”

A pesquisa bibliográfica se configura como sendo o exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminado, criando novas ou interpretações complementares, atividade localização de fontes, para coletar dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema. É um componente obrigatório para qualquer pesquisa.

Na visão de Lakatos,

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro lado, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica. (1992, p. 44).

A característica principal da pesquisa bibliográfica, é a de possibilitar ao pesquisador uma bagagem teórica variada, contribuindo para ampliar o conhecimento, de forma a fazer da pesquisa um material rico sobre o assunto, fundamentando do ponto de vista teórico o material a ser analisado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação bibliográfica e documental relativa ao fenômeno voltado para a Escola Integral, em conformidade com os preceitos paulofreireanos, aponta que a Escola de Tempo integral cumpre com o atendimento a um direito social básico que é a educação de qualidade preconizada pela Constituição Federal brasileira (1988), e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, (1996), de forma a possibilita à criança e ao adolescente o acesso a um espaço educativo sólido, com capacidade de possibilitar um desenvolvimento integral da dimensão humana, por meio do desenvolvimento da autonomia e capacidade crítica.

Paulo Freire consiste no grande influenciador da Escola Integral, tendo em vista que o autor compreende que para as pessoas pertencentes à planta baixa da sociedade, a escolarização se configura como o elemento essencial para a transformação de vidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de qualidade foi construído ao longo do tempo, com bases históricas e políticas, assumindo diversos papéis na sociedade brasileira. Atualmente, as perspectivas da educação são amplas e múltiplas, mas que interagem entre si. É importante dizer que a escola em tempo integral não somente se caracteriza pelo aumento na carga horária de estudo, ela também engloba atividades de socialização e possibilidade de vivências variadas, fazendo com que o aluno associe o conteúdo estudado com o seu cotidiano.

De acordo com as idéias de Paulo Freire é possível verificar que a escola, quando aberta a intervenção de alunos, família e comunidade, está disposta a compreender as transformações sociais e adaptar-se a elas.

A territorialização do ensino favorece o aprendizado e desmitificando a questão do tempo, de modo que a as aulas deixar de ter como prioridade o horário da aula e sim, do momento de construção conjunta do ser como cidadão.

Desse modo, sabe-se que a educação de turno integral tem dado respostas satisfatórias e progresso efetivo na melhora do ensino. Portanto, é preciso que as instituições escolares buscam identificar a viabilidade de aplicação e busque parcerias para tal.

REFERÊNCIAS

ALVES, Anaí Helena Basso; GOMES, Carla Garcia Santana. A construção curricular no contexto do ensino fundamental com base em critérios fundamentados no pensamento de Paulo Freire. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd, 36^a, Goiânia. Anais eletrônicos... Rio de Janeiro: ANPEd, 2013. p. 1- 9.

ARROYO, Miguel, 2012. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In MOLL, MOLL, Jacqueline (org.). Caminhos da Educação Integral no Brasil. Direito a outros tempos e espacos educadores. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC, Secretaria de Educação Básica. Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, 2002

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Ed., Coleção Ciências da Educação, 1994.

BORDIGNON. G. Gestão Democrática da Educação. Boletim 19 – outubro de 2005.

CARLOS, Jairo Gonçalves. Interdisciplinaridade no Ensino Médio: desafios e potencialidades. Programas de Pós-graduação da CAPES. 2006.

CASTRO, J.M. & REGATTIERI, M. (Orgs.). Interação escola família. Brasília: UNESCO, MEC, 2009.

CAVALCANTI, Cláudio José; CUNHA Paulo; OSTERMAMM, Fernando; PANSERA, Maria Cristina; PINO, José Cláudio Del & PIZZATO, Michele. Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: Ciências da Natureza e suas Tecnologias. Secretária do Estado da Educação-Porto Alegre: Editora Total LTDA, 2009.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. Cadernos Cedes, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 113-118, 2004.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Interdisciplinaridade: um projeto de parceria. 5ed. São Paulo. Loyola. 2002.

FELÍCIO, Helena Maria dos Santos. Análise curricular da escola de tempo integralna perspectiva da educação integral. Revista e- Curriculum, São Paulo, v.8, n.1, p. 1- 18, abril, 2012.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005a.

_____. A educação na cidade. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005b.

_____. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Centauro, 2005c.

_____. Uma educação para a liberdade. Porto José M.C.S. Ribeiro Editor; FREIRE, Paulo, 1996. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1973.

_____. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALIAN, C. V. A. ; SAMPAIO, M. M. F. Educação em tempo integral: implicações para o currículo da escola básica. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 2, p. 403-422, 2012.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. Cadernos Pagu n. 1, Campinas, IFCH. Unicamp, 1993

LEITE, Lúcia Helena Alvarez. Educação Integral, territórios educativos e cidadania: aprendendo com as experiências de ampliação da jornada escolar em Belo Horizonte e Santarém. Educ. rev. [online], Curitiba n.45, p. 57-72, 2012.

LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 4 ed/. São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. C. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. Educação & Sociedade, v. 28, n. 100, p. 661-690, 2007.

PARO, V. H. Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 18, 1997, Porto Alegre. Anais: Sistemas e instituições: repensando a teoria na prática. Porto Alegre, ANPAE, 1997

PAVIANI, Jayme. Interdisciplinaridade: conceitos e distinções. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2008.

PIAGET, Jean. Para onde vai a educação? Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade: Ambições e limites, Lisboa: Relógio d'Água, pp. 73-104. 2004.

SAITO, Cecília. Ação e Percepção nos processos educacionais do corpo em formação. São Paulo: ECidade/Hedra, 2010.

SINGER, Helena. Aprendendo em Liberdade. In: Angela Maria Souza Martins; Nailda Marinho da Costa Bonato. (Org.). Trajetórias Históricas da Educação. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.

VEIGA, I. P. A. Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico. 3. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

